

**AVISO n° 110 / 2014**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, HOTELARIA,  
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO HOSPITALAR**

**PREGÃO ELETRÔNICO n° 287 / 2012**

**1. Do Procedimento licitatório**

Informamos que o procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **Higienização, Hotelaria, Manutenção e Conservação Hospitalar**, para a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, nas dependências dos Hospitais da Rede Própria do Estado situados nos municípios de: Francisco Beltrão, Hospital regional, da Lapa, Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo e Hospital Regional São Sebastião, de Londrina, Hospital Zona Norte e Hospital Zona Sul, de Paranavaí, Hospital Regional do Noroeste, de Ponta Grossa, Hospital Regional Wallace Tadeu de Mello e Silva, de Santo Antônio da Platina, Hospital Regional do Norte Pioneiro e de Tibagi, Hospital Luiza Borba Carneiro - Polo K, derivado do **Sistema de Registro de Preços - Pregão Eletrônico n° 287 / 2012 - Protocolado n° 11.666.571-9**, efetuado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, foi **homologado** na data de 07 de novembro de 2014.

**2. Da competência**

As demais condições continuam vigentes, a saber:

**I** - A gestão dos contratos ficará sob a responsabilidade do gestor da Hotelaria Hospitalar de cada Unidade, devidamente nomeado para esse fim, conforme determina o art. 118 da Lei Estadual 15.608/2007, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato. Consequentemente, deverá ser nomeado o fiscal, com atribuição de verificar "in loco" o cumprimento das obrigações trabalhistas e contratuais da contratada.

**II** - À SEAP caberá a gestão dos processos de contratação, o gerenciamento dos quantitativos da Ata de Registro de Preços e as análises técnicas dos processos, bem como a prévia autorização ou concordância de contratações, nos termos do Decreto Estadual nº 6.191/2012;

**III** - Caberá à SEAP, no decorrer da vigência dos contratos, a formação do índice geral de reajuste, sendo que sua divulgação se dará após a devida autorização do Chefe do Poder Executivo. Reiteramos que para o processo de concessão, deverá ser observado os trâmites internos para formalização do Termo de Apostilamento e sua devida instrução, com toda a documentação necessária, análise jurídica e as informações orçamentárias e financeiras.

### **3. Do contrato**

Quanto a duração dos contratos estes deverão ser formalizados pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados de acordo com o art. 103 da Lei Estadual 15.608/2007, desde que atendido o art. 106, entre outros, do mesmo diploma legal.

**Art. 103.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

**Art. 106.** Qualquer prorrogação deverá ser solicitada ainda no prazo de vigência do contrato, com justificação escrita e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste.

Parágrafo único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua deverá ser solicitada pelo servidor responsável pelo seu acompanhamento antes de 60 (sessenta) dias do seu termo final.

Para a instrução do processo de contratação, disponibilizamos no portal desta Coordenadoria de Administração de Serviços - CAS, no endereço eletrônico [www.administracao.pr.gov.br](http://www.administracao.pr.gov.br), o edital, a Ata de Registro de Preços, junto da devida publicação, e a homologação do aludido procedimento.

**Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP**  
**Coordenadoria de Administração de Serviços - CAS**



Reiteramos especial atenção ao disposto no **Decreto nº 6.191/2012, com as alterações do Decreto nº 10.429/2014**, que define as competências e procedimentos para a realização das despesas, assim como o Decreto nº 11.192/2014.

Curitiba, 26 de novembro de 2014.

SEAP / CAS